

GDF demorou um ano para embargar hotel à beira do Lago

Nicolas Bonvakiades

Da equipe do **Correio**

Além do empresário Wagner Sarkis, o governo terá de apresentar esclarecimentos ao Ministério Público do Distrito Federal sobre irregularidades apontadas no Lake Side Hotel Residence. Existem discrepâncias nos cálculos de quem fiscalizou a obra e, além disso, o aterro só foi embargado um ano depois de ter sido constatado.

O empresário Wagner Sarkis se defende da acusação que consta do inquérito civil aberto pela promotora Ana Luíza Leão Osório, do Ministério Público do Distrito Federal, contra Lake Side. Sarkis apresentou uma série de documentos ao **Correio** para dizer que não deixou de cumprir exigências dos órgãos envolvidos na questão. "Em momento algum fugi de buscar a legalidade do empreendimento", diz o empresário.

Ele diz estranhar as acusações. E os próprios órgãos responsáveis por elas discordam em diversos pontos. O primeiro ponto de discórdia ocorre entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o da Divisão Regional de Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (Dreap) da Administração Regional de Brasília.

CÁLCULOS DIFERENTES

O Iphan apontou, em 29 de março, que a altura máxima de 12 metros foi ultrapassada em 1,02 metro por haver irregularidade na escavação do subsolo. Já a Dreap, em relatório de 14 de abril, afirma que não encontrou erro na escavação, portanto, isso "não possibilitou vantagens de acréscimo de mais um pavimento nos blocos deste projeto." Para a Dreap, a altura máxima do Lake Side não foi além das medidas permitidas.

Segundo os técnicos da Dreap, a área total das construções é de 42.438,79 metros quadrados e não ultrapassou o limite de 80% da área total do projeto. O Iphan acusa acréscimo de 1.732,7 metros quadrados ao limite máximo. "Eles não descontaram a área dutível das garagens, das varandas e casas de máquinas", corrige Sarkis.

"Procuramos todos os órgãos para obter a autorização para construção da marina. Só encontramos resposta da Capitania dos Portos", diz o empresário. O relatório da Dreap atesta que não é da alçada da Administração de Brasília essa análise. Foi obtida da Capitania dos Portos do Ministério da Marinha, a concordância com a construção de um cais com extensão de um píer — o que não eximia a empresa de cumprir exigências de outros órgãos do governo. "Ora, é inconcebível autorizar o cais e não o aterro", defende Sarkis.

CONSTATAÇÃO

Aí aparece outro ponto obscuro na história e outro órgão entra na parada. A fiscalização do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do Distrito Federal (Iema) constatou a construção da marina (o aterro), em 20 de maio de 1998, durante o governo Cristovam. O embargo do Iema só ocorreu um ano depois, em 26 de abril de 1999, já no governo Roriz. Mesmo a fiscalização da Administração de Brasília, só autuou a firma de Sarkis, em março deste ano. O diretor do Iema, Fernando Fonseca, considera o fato estranho. "Assim que tomamos conhecimento do fato, mandamos embargar", declara.

O auto de constatação da fiscalização do Iema é datado de 20 de maio de 1998. A empresa apresentou a justificativa e, segundo Wagner Sarkis, considerou que tivesse sido acatada. Quando ocorreu o embargo, o que se fazia na área era apenas o paisagismo, a obra mesmo já havia sido executada.

Wagner Sarkis foi convocado pela promotora Ana Luíza Osório Leão a comparecer no Ministério Público amanhã para tentar esclarecer o assunto. "O Ministério Público não está perseguindo o Lake Side, foi só o primeiro caso do qual tomou conhecimento. Outros também serão questionados", garante a promotora. A Administração, o Iema e o Iphan também serão convocados pela promotora.